

**Gestão 2018-2020**

Procurador-Geral de Justiça  
**Paulo Cezar dos Passos**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo  
**Helton Fonseca Bernardes**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional  
**Olavo Monteiro Mascarenhas**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Marcos Antonio Martins Sottoriva**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Antonio Siufi Neto**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Silasneiton Gonçalves**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: [caopjdcadh@mpms.mp.br](mailto:caopjdcadh@mpms.mp.br)

## PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

### PORTARIA Nº 4077/2018-PGJ, DE 3.12.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

#### R E S O L V E :

Estabelecer a escala de férias individuais dos Procuradores de Justiça, referente ao primeiro semestre de 2019, e conceder a conversão de um terço das férias em abono pecuniário, nos termos do artigo 142 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, dos artigos 11, §§ 1º e 2º, e 14, § 3º, da Resolução nº 019/2009-PGJ, de 4.11.2009, alterada pelas Resoluções nº 020/2015-PGJ, de 25.6.2015, e 23/2018-PGJ, de 29.10.2018, e, ainda, do artigo 1º da Resolução nº 06/2015-CPJ, de 25.6.2015, conforme segue (Processo PGJ/10/3900/2018):

PROCURADOR DE JUSTIÇA	P.A.	1º PERÍODO	2º PERÍODO	PERÍODO DE CONVERSÃO
Adhemar Mombrum de Carvalho Neto	2017/2018	13.5 a 1º.6.2019		2 a 11.5.2019
Alexandre Lima Raslan	2015/2016	26.6 a 13.7.2019		12 a 22.6.2019
Antonio Siufi Neto	2017/2018	7 a 26.1.2019		27.1 a 5.2.2019
Ariadne de Fátima Cantú da Silva	2018/2019	11 a 30.3.2019		1º a 10.3.2019
Aroldo José de Lima	2018/2019	11.2 a 2.3.2019		1º a 10.2.2019
Belmires Soles Ribeiro	2017/2018	13.5 a 1º.6.2019		2 a 11.5.2019
Edgar Roberto Lemos de Miranda	2017/2018	7 a 26.1.2019		27.1 a 5.2.2019
Esther Sousa de Oliveira	2017/2018	11 a 20.3.2019		1º a 10.3.2019
Evaldo Borges Rodrigues da Costa	2017/2018	7 a 26.1.2019		27.1 a 5.2.2019
Francisco Neves Junior	2017/2018	7 a 26.1.2019		27.1 a 5.2.2019
Gerardo Eriberto de Moraes	2017/2018	22.4 a 11.5.2019		12 a 21.5.2019
Gilberto Robalinho da Silva	2001/2002	7 a 26.2.2019		27.2 a 8.3.2019
Hudson Shiguer Kinashi	2017/2018	7 a 26.1.2019	11 a 20.3.2019	
Irma Vieira de Santana e Anzoategui	2014/2015	28.6 a 17.7.2019		18 a 27.6.2019
Jaceguara Dantas da Silva	2018/2019	7 a 14.1.2019		15 a 24.1.2019
João Albino Cardoso Filho	2017/2018	11 a 30.4.2019		1º a 10.4.2019
Mara Cristiane Crisóstomo Bravo	2018/2019	8 a 17.4.2019		7 a 16.1.2019
Marigô Regina Bittar Bezerra	2016/2017	11 a 20.3.2019	10 a 19.6.2019	1º a 10.3.2019
Mauri Valentim Riciotti	2018/2019	2 a 21.5.2019		22 a 31.5.2019
Miguel Vieira da Silva	2015/2016	7 a 26.1.2019		27.1 a 5.2.2019
Nilza Gomes da Silva	2017/2018	1º a 30.4.2019		
Rodrigo Jacobina Stephanini	2017/2018	15 a 30.4.2019		5 a 14.4.2019
Sergio Fernando Raimundo Harfouche	2017/2018	11.2 a 2.3.2019		1º a 10.2.2019
Sergio Luiz Morelli	2017/2018	15.4 a 4.5.2019		5 a 14.5.2019
Silasneiton Gonçalves	2017/2018	21 a 30.1.2019	8 a 17.4.2019	7 a 16.1.2019
Silvio Cesar Maluf	2016/2017	8 a 27.1.2019		11 a 20.2.2019

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

### PORTARIA Nº 4067/2018-PGJ, DE 30.11.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

#### R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça Adhemar Mombrum de Carvalho Neto 8 (oito) dias de licença para casamento, a partir de 10 de dezembro de 2018, nos termos do inciso VII do artigo 139, e do artigo 155, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4098/2018-PGJ, DE 4.12.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, compensação de plantão aos Procuradores de Justiça abaixo nominados, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 227, de 19.10.2016, conforme segue:

PROCURADOR DE JUSTIÇA	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO INDEFERIDO
Antonio Siufi Neto	14	3 a 16.12.2018
Ariadne de Fátima Cantú da Silva	27	22.11 a 18.12.2018
Aroldo José de Lima	30	7.1 a 5.2.2019
Belmires Soles Ribeiro	14	3 a 16.12.2018
Edgar Roberto Lemos de Miranda	12	26.11 a 7.12.2018
Irma Vieira de Santana e Anzoategui	30	19.11 a 18.12.2018
Jaceguara Dantas da Silva	3	19 a 21.11.2018
Mara Cristiane Crisóstomo Bravo	6	12 a 17.12.2018
Marcos Antonio Martins Sottoriva	30	20.11 a 19.12.2018
Marigô Regina Bittar Bezerra	11	3 a 13.12.2018
Mauri Valentim Riciotti	7	26.11 a 2.12.2018
Miguel Vieira da Silva	5	22 a 26.11.2018
Sara Francisco Silva	3	5 a 7.12.2018

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 4107/2018-PGJ, DE 4.12.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Procurador de Justiça Sergio Luiz Morelli, 27 (vinte e sete) dias de compensação de plantão, que seriam usufruídos de 8.1 a 3.2.2019, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 227, de 19.10.2016 (Processo PGJ/10/2273/2018).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 4051/2018-PGJ, DE 29.11.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a 1ª Promotora de Justiça de Sidrolândia, Daniele Borghetti Zampieri de Oliveira, para, sem prejuízo de suas funções, atuar juntamente ao Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial, GACEP, na realização das visitas previstas no art. 4º, I, da Resolução CNMP nº 20/2007, na referida Comarca, a partir de 14.11.2018, até ulterior deliberação; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 721/2018-PGJ, de 21.2.2018, na parte que designou a Promotora de Justiça Janeli Basso (Processo PGJ/10/1772/2015).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4052/2018-PGJ, DE 29.11.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E:**

Designar os Promotores de Justiça abaixo relacionados para, sem prejuízo de suas funções, responderem pela 72ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, Casa da Mulher Brasileira, conforme quadro a seguir:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	DIA
Fernando Jorge Manvailer Esgaib	4 e 6.12.2018
Ricardo Benito Crepaldi	5.12.2018

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4059/2018-PGJ, DE 30.11.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E:**

Conceder ao Promotor de Justiça Rodrigo Correa Amaro 10 (dez) dias de férias regulamentares, referentes ao período aquisitivo 2017/2018, a serem usufruídos a partir de 10.12.2018, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e do artigo 14, § 3º, da Resolução nº 019/2009-PGJ, de 4.11.2009, alterada pela Resolução nº 020/2015-PGJ, de 25.6.2015

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4062/2018-PGJ, DE 30.11.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e artigo 1º, § 2º, da Resolução nº 001/2016, de 20 de setembro de 2016, do Conselho Superior de Ministério Público,

**R E S O L V E:**

Autorizar o 3º Promotor de Justiça de Corumbá, Rodrigo Correa Amaro, a se ausentar da referida Comarca no período de 28.1 a 11.2.2019, para frequentar aulas de curso de pós-graduação *stricto sensu*, Mestrado em Ciências Jurídicas pelo Departamento de Direito da Universidade Autônoma de Lisboa, em Portugal.

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4068/2018-PGJ, DE 30.11.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E:**

Conceder à Promotora de Justiça Daniela Cristina Guiotti 10 (dez) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2017/2018, a serem usufruídos no período de 7 a 16.1.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4071/2018-PGJ, DE 3.12.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os Promotores de Justiça abaixo nominados para, sem prejuízo de suas funções, atuarem perante a Promotoria de Justiça e os Juizados Especiais constantes do quadro a seguir, em razão de ausência dos titulares, pelos seguintes motivos:

**1. Férias:**

PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	PERÍODO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA / JUIZADO ESPECIAL	TITULAR
Fabio Adalberto Cardoso de Moraes	10 a 19.12.2018	Juizado Especial Cível e Criminal da comarca de Corumbá	Rodrigo Correa Amaro
Edival Goulart Quirino	10 e 11.12.2018 12 a 14.12.2018	Juizado Especial Adjunto da comarca de Bataguassu	Wilson Canci Junior
Allan Carlos Cobacho do Prado	10 a 14.12.2018	Juizado Especial Adjunto da comarca de Bela Vista	William Marra Silva Junior
Arthur Dias Junior	5 a 19.12.2018	Juizado Especial Adjunto da comarca de Caarapó	Fernanda Rottili Dias
Rosalina Cruz Cavagnolli	17 a 19.12.2018	Juizado Especial Adjunto da comarca de Rio Brillante	Jorge Ferreira Neto Júnior
Janeli Basso	10 a 19.12.2018	Juizado Especial Adjunto da comarca de Sidrolândia	Daniele Borghetti Zampieri de Oliveira
Jorge Ferreira Neto Júnior	3 a 7.12.2018	Promotoria de Justiça e Juizado Especial Adjunto da comarca de Nova Alvorada do Sul	Mauricio Mecelis Cabral
Estéfano Rocha Rodrigues da Silva	17 a 19.12.2018		
Gilberto Carlos Altheman Júnior	10 a 19.12.2018	Juizado Especial Adjunto da comarca de Iguatemi	Thiago Barbosa da Silva

**2. Compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão:**

PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	PERÍODO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA / JUIZADO ESPECIAL	TITULAR
Moisés Casarotto	29 e 30.11.2018	Juizado Especial Adjunto da comarca de Ribas do Rio Pardo	George Zarour Cezar
Edival Goulart Quirino	17 a 19.12.2018	Juizado Especial Adjunto da comarca de Bataguassu	Wilson Canci Junior
Allan Carlos Cobacho do Prado	17 a 19.12.2018	Juizado Especial Adjunto da comarca de Bela Vista	William Marra Silva Junior
Lia Paim Lima	17 a 19.12.2018	Juizado Especial Adjunto da comarca de Bonito	Alexandre Estuqui Junior
Pedro de Oliveira Magalhães	10 a 19.12.2018	Juizado Especial Adjunto da comarca de Cassilândia	Ana Carolina Lopes de Mendonça Castro
Romão Avila Milhan Junior	17 a 19.12.2018	Juizado Especial Adjunto da comarca de Fátima do Sul	Rodrigo Cintra Franco
Rosalina Cruz Cavagnolli	10 a 14.12.2018	Juizado Especial Adjunto da comarca de Rio Brillante	Jorge Ferreira Neto Júnior
Thiago Bonfatti Martins	7.12.2018	Juizado Especial Adjunto da comarca de Rio Verde de Mato Grosso	Matheus Carim Bucker
Estéfano Rocha Rodrigues da Silva	10 a 14.12.2018	Promotoria de Justiça e Juizado Especial Adjunto da comarca de Nova Alvorada do Sul	Mauricio Mecelis Cabral

**3. Mutirão do Júri:**

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO	JUIZADO ESPECIAL	TITULAR
Fabio Adalberto Cardoso de Moraes	3 a 7.12.2018	Juizado Especial Cível e Criminal da comarca de Corumbá	Rodrigo Correa Amaro

**PAULO CEZAR DOS PASSOS**  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4069/2018-PGJ, DE 30.11.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Suspender, por necessidade de serviço, a partir de 30.11.2018, as férias da Promotora de Justiça Bianka Karina Barros da Costa, concedidas por meio da Portaria nº 2047/2018-PGJ, de 15.6.2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4072/2018-PGJ, DE 3.12.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “P” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça de Terenos, Eduardo de Araujo Portes Guedes, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça da comarca de Dois Irmãos do Buriti, no período de 3 a 14.12.2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4073/2018-PGJ, DE 3.12.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “h” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral os membros do Ministério Público Estadual abaixo nominados, para, sem prejuízo de suas funções, atuarem perante as seguintes Zonas Eleitorais, em razão de ausência dos titulares, conforme o quadro a seguir:

ZE	PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO	MOTIVO	TITULAR
21ª	Thiago Bonfatti Martins	7.12.2018	Compensação	Matheus Carim Bucker
24ª	Jerusa Araujo Junqueira Quirino	3.12.2018	Compensação	Oscar de Almeida Bessa Filho
		5 a 19.12.2018	Férias	

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4074/2018-PGJ, DE 3.12.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Estabelecer a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça, referente ao mês de dezembro de 2018, nos termos do § 1º do artigo 3º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015, e da Resolução nº 20/2012-PGJ, de 5.6.2012, conforme segue:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
<b>REGIÃO 1 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE FÁTIMA DO SUL, GLÓRIA DE DOURADOS, DEODÁPOLIS, IVINHEMA E ANGÉLICA</b>			
1º e 2.12.2018	PJ de Deodópolis	Anthony Allison Brandão Santos	99312-5568
8 e 9.12.2018	2ª PJ de Ivinhema	Juliana Martins Zaupa	99825-9158
15 e 16.12.2018	1ª PJ de Fátima do Sul	Romão Avila Milhan Junior	99941-7123
<b>REGIÃO 2 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE RIO BRILHANTE, ITAPORÃ E NOVA ALVORADA DO SUL</b>			
1º e 2.12.2018	1ª PJ de Rio Brilhante	Jorge Ferreira Neto Júnior	98478-2317
8 e 9.12.2018	PJ de Itaporã	Radamés de Almeida Domingos	99826-2127 99905-8114
15 e 16.12.2018	2ª PJ de Rio Brilhante	Rosalina Cruz Cavagnolli	98478-2024
<b>REGIÃO 3 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE NOVA ANDRADINA, BATAYPORÃ E ANAURILÂNDIA</b>			
1º e 2.12.2018	1ª PJ de Nova Andradina	Alexandre Rosa Luz	98478-2042
8 e 9.12.2018	PJ de Anaurilândia	Allan Thiago Barbosa Arakaki	99866-7689
15 e 16.12.2018	3ª PJ de Nova Andradina	Fabricio Secafen Mingati	98478-2027
<b>REGIÃO 4 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE SIDROLÂNDIA E MARACAJU</b>			
1º e 2.12.2018	2ª PJ de Maracaju	Estéfano Rocha Rodrigues da Silva	98478-2041
8 e 9.12.2018	2ª PJ de Sidrolândia	Janeli Basso	98478-2025
15 e 16.12.2018	2ª PJ de Maracaju	Estéfano Rocha Rodrigues da Silva	98478-2041
<b>REGIÃO 5 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE SETE QUEDAS, IGUAQUEMI, ELDORADO E MUNDO NOVO</b>			
1º e 2.12.2018	PJ de Mundo Novo	Lenize Martins Lunardi Pedreira	99662-7952
8 e 9.12.2018	PJ de IguaqueMI	Thiago Barbosa da Silva	99933-0454
15 e 16.12.2018	PJ de IguaqueMI	Thiago Barbosa da Silva	99933-0454
<b>REGIÃO 6 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE CAARAPÓ, NAVIRAÍ E ITAQUIRAÍ</b>			
1º e 2.12.2018	1ª PJ de Naviraí	Paulo da Graça Riquelme de Macedo Junior	99977-4355
8 e 9.12.2018	2ª PJ de Naviraí	Daniel Pivaro Stadniky	99963-0050
15 e 16.12.2018	2ª PJ de Caarapó	Arthur Dias Junior	99912-6912
<b>REGIÃO 7 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE AMAMBAI E PONTA PORÃ</b>			
1º e 2.12.2018	2ª PJ de Ponta Porã	Michel Maesano Mancuelho	99312-2678
8 e 9.12.2018	5ª PJ de Ponta Porã	Magno Oliveira João	99825-7430
15 e 16.12.2018	4ª PJ de Ponta Porã	Clarissa Carlotto Torres	98478-2389
<b>REGIÃO 8 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE AQUIDAUANA, MIRANDA, TERENOS, ANASTÁCIO E DOIS IRMÃOS DO BURITI</b>			
1º e 2.12.2018	PJ de Terenos	Eduardo de Araujo Portes Guedes	99933-2073
8 e 9.12.2018	PJ de Anastácio	Mateus Sleiman Castriani Quirino	99312-5798
15 e 16.12.2018			
<b>REGIÃO 9 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE RIO VERDE DE MATO GROSSO, COXIM, PEDRO GOMES E SONORA</b>			
1º e 2.12.2018	PJ de Rio Verde de Mato Grosso	Matheus Carim Bucker	99922-8507
8 e 9.12.2018	2ª PJ de Coxim	Daniella Costa da Silva	98478-2397
15 e 16.12.2018	PJ de Pedro Gomes	Adriano Barrozo da Silva	99312-3965
<b>REGIÃO 10 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE COSTA RICA, CHAPADÃO DO SUL E CASSILÂNDIA</b>			
1º e 2.12.2018	2ª PJ de Cassilândia	Ana Carolina Lopes de Mendonça Castro	99933-3517
8 e 9.12.2018	2ª PJ de Chapadão do Sul	Fernanda Proença de Azambuja	99831-0396
15 e 16.12.2018	1ª PJ de Costa Rica	George Cassio Tiosso Abbud	98478-2032
<b>REGIÃO 11 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE PARANAÍBA, INOCÊNCIA E APARECIDA DO TABOADO</b>			
1º e 2.12.2018	PJ de Inocência	Ronaldo Vieira Francisco	98478-2379
8 e 9.12.2018	1ª PJ de Aparecida do Taboado	Oscar de Almeida Bessa Filho	98478-1495
15 e 16.12.2018	2ª PJ de Paranaíba	Ronaldo Vieira Francisco	98478-2379
<b>REGIÃO 12 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE RIBAS DO RIO PARDO, ÁGUA CLARA, BRASILÂNDIA E BATAGUASSU</b>			
1º e 2.12.2018	PJ de Brasilândia	Paulo Henrique Mendonça de Freitas	99262-5572
8 e 9.12.2018	2ª PJ de Bataguassu	Edival Goulart Quirino	99967-8080
15 e 16.12.2018	2ª PJ de Bataguassu	Edival Goulart Quirino	99967-8080



**REGIÃO 13 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE BANDEIRANTES, SÃO GABRIEL DO OESTE, CAMAPUÃ E RIO NEGRO**

1º e 2.12.2018	PJ de Bandeirantes	Victor Leonardo de Miranda Taveira	99933-4292
8 e 9.12.2018	PJ de Rio Negro	Thiago Bonfatti Martins	99933-9978
15 e 16.12.2018	1ª PJ de São Gabriel do Oeste	Daniel Higa de Oliveira	98478-2038

**REGIÃO 14 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE NIOAQUE, JARDIM, BONITO, PORTO MURTINHO E BELA VISTA**

1º e 2.12.2018	1ª PJ de Jardim	Allan Carlos Cobacho do Prado	99982-4518
8 e 9.12.2018	2ª PJ de Jardim	Lia Paim Lima	99825-0142
15 e 16.12.2018	1ª PJ de Bonito	João Meneghini Girelli	99691-2601

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4100/2018-PGJ, DE 4.12.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, compensação de plantão aos Promotores de Justiça abaixo nominados, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 227, de 19.10.2016, conforme segue:

PROMOTORES DE JUSTIÇA	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO INDEFERIDO
Adriano Barrozo da Silva	20	23.11 a 12.12.2018
Alexandre Estuqui Junior	30	20.11 a 16.12.2018 e 14 a 16.1.2019
Alexandre Magno Benites de Lacerda	30	14.11 a 13.12.2018
Alexandre Rosa Luz	30	23.11 a 14.12.2018 e 7 a 14.1.2019
Allan Carlos Cobacho do Prado	30	28.1 a 26.2.2019
Allan Thiago Barbosa Arakaki	30	7.1 a 5.2.2019
Ana Carolina Lopes de Mendonça Castro	19	8 a 26.1.2019
Ana Rachel Borges de Figueiredo Nina	30	1º a 30.3.2019
Angelica de Andrade Arruda	30	20.11 a 19.12.2018
Arthur Dias Junior	20	26.11 a 15.12.2018
Antonio André David Medeiros	13	14 a 26.11.2018
Bianka Machado Arruda Mendes	30	8.1 a 6.2.2019
Bolivar Luis da Costa Vieira	30	20.11 a 19.12.2018
Celso Antonio Botelho de Carvalho	10	3 a 12.12.2018
Clovis Amauri Smaniotto	30	14.11 a 13.12.2018
Cristiane Barreto Nogueira Rizkallah	10	10 a 19.12.2018
Cristiane Mourão Leal Santos	30	26.11 a 19.12.2018 e 28.1 a 2.2.2019
Daniel do Nascimento Britto	30	20.11 a 19.12.2018
Daniel Pivaro Stadniky	30	19.11 a 18.12.2018
Daniele Borghetti Zampieri de Oliveira	30	31.1 a 1º.3.2019
Douglas Oldegardo Cavalheiro dos Santos	16	27.11 a 12.12.2018
Eduardo de Araujo Portes Guedes	30	20.11 a 19.12.2018
Elcio Felix D'Angelo	10	3 a 12.12.2018
Estéfano Rocha Rodrigues da Silva	30	18.1 a 16.2.2019
Fabio Ianni Goldfinger	30	1º.2 a 2.3.2019
Fabricio Secafen Mingati	30	20.11 a 19.12.2018
Felipe Almeida Marques	10	4 a 13.2.2019
Fernanda Rottili Dias	10	26 a 30.11.2018 e 7 a 11.1.2019
Fernando Jorge Manvailer Esgaib	7	21 a 27.2.2019



Fernando Marcelo Peixoto Lanza	30	21.11 a 20.12.2018
George Cassio Tiosso Abbud	21	26.11 a 16.12.2018
George Zarour Cezar	30	6.2 a 7.3.2019
Grazia Strobel da Silva Gaifatto	20	7 a 26.1.2019
Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo	30	20.11 a 19.12.2018
Janeli Basso	30	28.1 a 26.2.2019
Jiskia Sandri Trentin	14	10 a 23.2.2019
João Meneghini Girelli	19	9 a 27.2.2019
Jorge Ferreira Neto Júnior	30	28.1 a 26.2.2019
José Aparecido Rigato	7	19 a 25.11.2018
José Arturo Iunes Bobadilla Garcia	22	7 a 28.1.2019
José Maurício de Albuquerque	30	20.11 a 19.12.2018
Juliana Martins Zaupa	20	1º a 20.4.2019
Juliana Nonato	30	21.1 a 19.2.2019
Juliane Cristina Gomes	15	17 a 31.1.2019
Kristiam Gomes Simões	16	22.11 a 7.12.2018
Leonardo Dumont Palmerston	29	7.1 a 4.2.2019
Leticia Rossana Pereira Ferreira Berto de Almada	30	14.2 a 15.3.2019
Luciano Anechini Lara Leite	22	27.11 a 18.12.2018
Luiz Eduardo de Souza Sant'Anna Pinheiro	20	25.11 a 15.12.2018
Marcos André Sant'Ana Cardoso	30	20.11 a 19.12.2018
Marcos Martins de Brito	30	7.1 a 5.2.2019
Matheus Carim Bucker	30	18.2 a 19.3.2019
Matheus Macedo Cartapatti	30	7.1 a 5.2.2019
Maurício Mecelis Cabral	30	11 a 30.3 e 6 a 15.5.2019
Moisés Casarotto	30	1º.2 a 2.3.2019
Oscar de Almeida Bessa Filho	30	21.1 a 20.2.2019
Paulo César Zeni	30	7.1 a 5.2.2019
Paulo da Graça Riquelme de Macedo Junior	30	25.1 a 23.2.2019
Paulo Henrique Camargo Iunes	5	10 a 14.12.2018
Paulo Henrique Mendonça de Freitas	20	7 a 13.1 e 18.2 a 2.3.2019
Radamés de Almeida Domingos	30	7.1 a 5.2.2019
Reynaldo Hilst Mattar	30	3 a 7.12.2018; 25.2 a 1º.3.2019; 22 a 26.4.2019; 3 a 7.6.2019; 8 a 12.7.2019 e 14 a 18.10.2019
Rogério Augusto Calabria de Araujo	8	3 a 10.12.2018
Romão Ávila Milhan Junior	30	7 a 27.1.2019 e 2 a 10.2.2019
Ronaldo Vieira Francisco	30	20.11 a 19.12.2018
Suzi Lucia Silvestre da Cruz D'Angelo	20	30.11 a 19.12.2018
Thiago Barbosa da Silva	30	28.1 a 26.2.2019
Thiago Bonfatti Martins	30	19.11 a 18.12.2018
Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira	7	26.11 a 2.12.2018
Victor Leonardo de Miranda Taveira	30	20.11 a 19.12.2018
Wilson Canci Junior	8	7 a 11 e 16 a 18.1.2019

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 4075/2018-PGJ, DE 3.12.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 1º Promotor de Justiça da comarca de Bonito, João Meneghini Girelli, para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvar na 24ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, a partir de 2.12.2018, pelo período de 60 (sessenta) dias.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4063/2018-PGJ, DE 30.11.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Declarar estabilidade aos servidores do Quadro do Ministério Público Estadual abaixo relacionados, nos termos do artigo 8º da Lei Estadual nº 4.134, de 6.12.2011, e artigo 11 da Resolução nº 019/2013-PGJ, de 31.10.2013 (Processo PGJ/10/1576/2014).

SERVIDOR(A)	CARGO	A PARTIR DE
CAROLINE PIRES AQUINO	ANALISTA	13.11.2018
CRISTINA CASTILHO AKATSUKA	TÉCNICO I	23.11.2018
FLÁVIO CESAR DE PAULI	TÉCNICO I	27.11.2018
JEILSON BERTOLA DA COSTA	TÉCNICO I	16.11.2018
RAFAEL ADEMAR LEMOS DE MOURA	ANALISTA	11.11.2018
THAÍS MARA FERREIRA DOMINGOS	ANALISTA	5.11.2018

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4064/2018-PGJ, DE 30.11.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder a progressão funcional aos servidores do Quadro do Ministério Público Estadual abaixo nominados, nos termos do artigo 8º, § 3º, da Lei Estadual nº 4.134, de 6.12.2011, e artigo 13 da Resolução nº 019/2013-PGJ, de 31.10.2013.

CARGO: ANALISTA - MPAN-101		PROGRESSÃO FUNCIONAL	
SERVIDOR(A)	CLASSE	PADRÃO	A PARTIR DE
CAROLINE PIRES AQUINO	C	2	13.11.2018
RAFAEL ADEMAR LEMOS DE MOURA	C	2	11.11.2018
THAÍS MARA FERREIRA DOMINGOS	C	2	5.11.2018
CARGO: TÉCNICO I - MPTE-201		PROGRESSÃO FUNCIONAL	
SERVIDOR(A)	CLASSE	PADRÃO	A PARTIR DE
CRISTINA CASTILHO AKATSUKA	C	2	23.11.2018
FLÁVIO CESAR DE PAULI	C	2	27.11.2018
JEILSON BERTOLA DA COSTA	C	2	16.11.2018

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4066/2018-PGJ, DE 30.11.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao servidor Mauro da Cunha Duarte, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária, a partir de 1º.11.2018, até completar as exigências para aposentadoria compulsória, nos termos do artigo 6º, incisos I a III, da Emenda Constitucional nº 41/2003, de 19.12.2003, e artigos 41 e 75 da Lei Estadual nº 3.150, de 22.12.2005 (Processo PGJ/10/4084/2018).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4079/2018-PGJ, DE 3.12.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais da Nota de Empenho nº 2018NE000158, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Laura Regina Barbosa Victor Chaparim, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 2) Fiscal Administrativo – Elvys Tomas Bernal, Chefe da Divisão de Almoxarifado; 2.1) Suplente – Rosinei Escobar Xavier, Técnico I; 3) Fiscal Técnico – Elias Vitorino Filho, Chefe da Divisão de Transporte; 3.1) Suplente – Jonathas Santos de Oliveira, Chefe do Núcleo de Apoio Logístico da Secretaria-Geral (Processo PGJ/10/3746/2018).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA JURÍDICA****PORTARIA Nº 4093/2018-PGJ, DE 4.12.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA JURÍDICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições legais,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Procurador de Justiça Paulo Cezar dos Passos, atualmente exercendo o cargo de Procurador-Geral de Justiça, 30 (trinta) dias de compensação de plantão, que seriam usufruídos de 19.11 a 18.12.2018, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 227, de 19.10.2016 (Processo PGJ/10/2425/2018).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº 4102/2018-PGJ, DE 4.12.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições legais,  
**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Procurador de Justiça Humberto de Matos Brittes, 30 (trinta) dias de compensação de plantão, que seriam usufruídos de 3 a 19.12.2018 e de 7 a 19.1.2019, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 227, de 19.10.2016 (Processo PGJ/10/2291/2018).

HELTON FONSECA BERNARDES  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo

**PORTARIA Nº 4053/2018-PGJ, DE 30.11.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso XI, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora Claudia Vargas dos Santos Monteiro, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar, símbolo MPAL-301, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o apostilamento de seu nome junto aos cadastros deste Órgão, em virtude de divórcio em 27.8.2018, de modo que passe a constar Claudia Vargas dos Santos.

HELTON FONSECA BERNARDES  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

**PORTARIA Nº 4054/2018-PGJ, DE 30.11.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Ana Gabriela Kiyomura Merlin, ocupante do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Auditoria Interna, no período de 4 a 13.12.2018, em razão de férias, e no dia 14.12.2018, em razão de licença compensatória referente a doação de sangue da titular, Natascha Junko Sakamoto Costa.

HELTON FONSECA BERNARDES  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

**PORTARIA Nº 4055/2018-PGJ, DE 30.11.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Adiemila Paiolla de Oliveira, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Coxim, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 3ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 19.11 a 18.12.2018, em razão de férias do servidor Alex Sander Silva Neves.

HELTON FONSECA BERNARDES  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

**PORTARIA Nº 4056/2018-PGJ, DE 30.11.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder ao servidor Carlos Cesar de Araujo Junior, ocupante do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o pagamento de 10% (dez por cento) do adicional de qualificação, a contar de 19.11.2018, nos termos dos artigos 35 e 36, inciso II e §§ 2º e 4º, ambos da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, bem como dos artigos 4º, 5º, inciso II, e 7º da Resolução nº 008/2012-PGJ, de 4.4.2012 (Processo PGJ/10/3424/2018).

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

**ESCOLA SUPERIOR****AVISO Nº 029/2018-GED****XXI PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Presidente da Comissão do XXI Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do Aviso nº 001/2018-GED, de 2 de agosto de 2018, publicado no DOMP nº 1789, de 3 de agosto de 2018, **CONVOCA** os candidatos aprovados, para a entrega dos documentos necessários ao credenciamento.

Os candidatos convocados deverão comparecer, nos locais, nos dias e horários mencionados no quadro abaixo, munidos dos documentos relacionados no capítulo X do Edital n.º 001/2018, de 23 de março de 2018, publicado no DOMP nº 1700, de 26 de março de 2018, especificados, no Item 2 desse Aviso.

**1.1 CANDIDATO CONVOCADO – COMARCA DE BRASILÂNDIA**

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça – Rua Raimundo Assis de Alencar, 1075 - Centro, Brasilândia – MS

**DIREITO– NÍVEL GRADUAÇÃO**

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
12/12/2018	09h	ANGELA LOPES DA SILVA	1º

**1.2 CANDIDATO CONVOCADO – COMARCA DE CAARAPÓ**

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça – Avenida D. Pedro II, 1730 - Vila Planalto, Caarapó – MS

**DIREITO– NÍVEL GRADUAÇÃO**

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
12/12/2018	09h	SARAH CODRIGNANI NUNES	1º
12/12/2018	09h	MURILO LIMA NOGUEIRA	2º
12/12/2018	09h	MATEUS SILVA DO AMARAL	3º

**1.3 CANDIDATO CONVOCADO – COMARCA DE MUNDO NOVO**

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça – Av. São Paulo, 760 - Berneck, Mundo Novo – MS

**DIREITO– NÍVEL GRADUAÇÃO**

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
12/12/2018	09h	JULIA MARIA FARIAS DOS SANTOS	2º
12/12/2018	09h	EMERSON TEOBALDO DE ASSIS JUNIOR	3º

**1.4 CANDIDATO CONVOCADO – COMARCA DE PARANAÍBA**

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça – Rua José Robalinho da Silva, 215 – Jardim Santa Mônica, Paranaíba – MS

**DIREITO– NÍVEL GRADUAÇÃO**

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
12/12/2018	09h	RAYANE BEATRIZ PONCE DE OLIVEIRA	1º
12/12/2018	09h	ISADORA SILVA QUEIROZ	2º
12/12/2018	09h	LUANA BARBOSA ALVES	3º
12/12/2018	09h	LIDIANE POMPEU CAETANO	4º
12/12/2018	09h30min	CAROLINE DELBONI DE SOUZA	5º
12/12/2018	09h30min	HELOISA VILELA MEDEIROS DE FREITAS COSTA	6º
12/12/2018	09h30min	SUELLEN NAJARA ALVES NIEDO	7º
12/12/2018	09h30min	JOÃO LUIZ BARBOSA NETO	8º

### 1.5 CANDIDATO CONVOCADO – COMARCA DE RIO BRILHANTE

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça – Rua Rio Brilhante, 1154 - Vila Maria, Rio Brilhante – MS

#### DIREITO– NÍVEL GRADUAÇÃO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
12/12/2018	09h	VANESSA SILVA DE OLIVEIRA	2º

### 1.6 CANDIDATO CONVOCADO – COMARCA DE TEREOS

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça – Rua Pedro Celestino, - Centro, Rio Brilhante – MS

#### DIREITO– NÍVEL GRADUAÇÃO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
12/12/2018	09h	MICHELE DE SOUSA ASSIS	1º
12/12/2018	09h	LAIS PARENTE DE OLIVEIRA	2º

### 1.7 CANDIDATO CONVOCADO – COMARCA DE TRÊS LAGOAS

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado na R. Elviro Márcio Mancine, 860, centro – Três Lagoas – MS.

#### DIREITO – NÍVEL GRADUAÇÃO

##### TURNO MATUTINO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
12/12/2018	09h	CAROLINE DEL VALHE	2º
12/12/2018	09h	AUGUSTO CÉSAR GONÇALES ZANOTTO	3º
12/12/2018	09h	BEATRIZ MONCINHATTO PELISSON	4º
12/12/2018	09h	MAYENY ELIAS FRANÇA	5º

## 2. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO:

2.1. Para admissão, o candidato de Nível Superior/Graduação deverá apresentar os seguintes documentos:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO
1.	Fotocópia legível da Carteira de Identidade e do CPF
2.	02 (duas) fotografias 3x4, recentes e coloridas
3.	Comprovante da tipagem sanguínea
4.	Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades de estágio, por meio de anamnese e exame físico
5.	Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela Instituição de Ensino, constando as seguintes informações: ano letivo, turno, semestre, número de dependências de disciplinas (se houver) e data prevista para conclusão do curso (Não será aceito documento que não contenha todas as informações)
6.	Certidão de inexistência de antecedentes criminais, onde o candidato houver residido nos últimos cinco anos, emitida pela Justiça Federal, Justiça Estadual, Polícia Federal, Polícia Estadual
7.	Declaração de ausência dos impedimentos previstos no art. 50 e no art. 42 da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.07.2010 e no art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP (modelo disponível no Portal do MPE/MS – link Estagiários)
8.	Ficha de Cadastro (disponível no Portal do MPE/MS – link Estagiários)
9.	Declaração de que não exerce função em diretoria de partido político;
10.	Comprovante de conta corrente no Banco do Brasil S/A ou declaração (modelo disponível no Portal do MPE/MS – link Estagiários)

Cumpra-se observar que diante de previsão expressa no EDITAL N.º 001/2018-GED, no capítulo “X - Da Convocação e Admissão”, item 4, antes da entrega dos documentos necessários ao credenciamento: “O candidato regularmente convocado deverá manifestar-se, por meio de mensagem eletrônica, ou apresentar-se no local informado no “e-mail” e aviso de convocação, no **prazo de 03 (três) dias úteis**, para formalizar manifestação quanto ao interesse no exercício do estágio, desistência ou transposição para o final de lista, se for o caso, sob pena de eliminação do Processo de Seleção”.

O “e-mail” em que a manifestação deverá ser enviada é o seguinte: [ged@mpms.mp.br](mailto:ged@mpms.mp.br)

Caso o candidato faça a opção por apresentar-se no local, deverá ir até o GED/MPMS (Gestão de Estagiários de Direito), sito na Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, localizada na Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214, Parque dos Poderes, Campo Grande - MS.

Campo Grande, 04 de dezembro de 2018.

EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA

Procurador de Justiça

Gestão de Estagiários de Direito

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados a abertura de Licitação, nos termos da Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente da Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Modalidade: Pregão Presencial nº 55/PGJ/2018 (Processo PGJ/10/4202/2018).

Objeto: Aquisição de licenças de uso perpétuas e direito de atualizações de software de backup, com garantia de suporte e atualizações pelo período de 60 (sessenta) meses, serviços de instalação e treinamento, e aquisição de créditos para arquivamento de dados em nuvem, com garantia e suporte para o período mínimo de 36 (trinta e seis) meses, para atender o Ministério Público Estadual.

Abertura das Propostas e Documentação:

- Local: Sala de Licitações - Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214, Jardim Veraneio, Campo Grande - MS.

- Data: 18 de dezembro de 2018.

- Horário: 14 horas.

- Telefone para contato: (67) 3318-2145.

Retirada do Edital: por meio do endereço eletrônico [www.mpms.mp.br/licitacao/pregao](http://www.mpms.mp.br/licitacao/pregao) ou na sala de licitações da Procuradoria-Geral de Justiça.

Designação do Pregoeiro e Equipe de Apoio efetuada pela Sra. Secretária-Geral do Ministério Público Estadual, em 3/12/2018:

- Pregoeiro: Emerval Carmona Gomes;

- Equipe de Apoio: Cleber do Nascimento Gimenez e Gladys Esmelda Barrios Amarilha;

- Suplente do Pregoeiro: Hermes Alencar de Lima;

- Suplente da Equipe de Apoio: Kelly Watanabe Cunha Martins Ortiz e Lygia Mara Rosa da Silva Moraes;

Fiscalização do Contrato conforme Resolução nº 102/2013-CNMP:

- Gestor do contrato: Myrian Raquel Rodrigues da Silva;

- Fiscal Técnico: Ângelo Maia Marcelo Pirani;

- Fiscal Requisitante: Pierre Karlos Brito Kitizo;

- Fiscal Administrativo: Marina Nery Alves.

Campo Grande, 4 de dezembro de 2018.

Emerval Carmona Gomes

Pregoeiro/PGJ



**COMISSÃO DE CONSTATAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE MATERIAL****EXTRATO DE DOAÇÃO PROCESSO PGJ/10/2820/2017 – PARTES:**

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Bianka Karina Barros da Costa.

Donatário UNIDADE REGIONAL DE PERÍCIA E IDENTIFICAÇÃO DE CORUMBÁ, representada pela Chefe da Unidade Regional de Perícias – Glauce Santos de Mello.

Amparo Legal: Resolução n.º 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Quantitativo de Materiais doados:

Armário alto fechado: 05 unidades

Armário baixo fechado: 05 unidades

Armário alto misto: 06 unidades

Data: 22.09.2017.

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 32/PGJ/2016.**

Processo PGJ/10/2999/2016.

Partes:

1 – **Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, **Helton Fonseca Bernardes**.

2 – **BANCO DO BRASIL S.A.**, representado por **Wladimir Nunes dos Santos**.

Amparo legal: Artigo 65, inciso II, alínea “c”, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

Objeto: Alteração da Cláusula Quarta do Contrato, visando a **redução do valor da tarifa** da Ordem Bancária para Crédito em Outro Banco TED/DOC de R\$ 11,74 (onze reais e setenta e quatro centavos) para R\$ 8,20 (oito reais e vinte centavos), a **inclusão da tarifa** para Ordem Bancária para Favorecido em Conta Corrente Banco do Brasil no valor de R\$ 0,60 (sessenta centavos) e a **inclusão, no rol dos serviços bancários, da Ordem Bancária para Liquidação Eletrônica de Guias e Boletos**, sem cobrança de valor pela prestação desse serviço. Sem aumento do valor estimado anual previsto.

Valor estimado anual: R\$ 156.000,00 (cento e cinquenta e seis mil).

Vigência: 1º.12.2018 a 26.09.2019.

Data da assinatura: 29 de novembro de 2018.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO Nº 2018NE005995, DE 30.11.2018.**

Processo PGJ/10/4208/2018.

**Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

**Objeto:** Cancelamento de Empenho (2018NE005753) de 20.11.2018 publicado no DOMP-MS nº 1.864 de 26 de novembro de 2018 (página 36), tendo em vista que o serviço não será realizado por falta de tempo hábil, considerando data do evento, conforme deliberação da Secretária-Geral à fl. 26 deste processo.

**Valor:** R\$ 80,00 (oitenta reais).

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CORUMBÁ****RECOMENDAÇÃO Nº 003/2018-5ªPJ**

Inquérito Civil nº 06.2018.00003362-8

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por meio da 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, de Defesa do Patrimônio Público e Social, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento no artigo 25, inciso IV, alíneas “a” e “b”, e artigo 27, inciso I e parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público); artigo 27, inciso I, e artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul); artigo 129, incisos II e III, da Constituição da República e artigos 5º e 44 da Resolução PGJ nº 15/2007, em razão da apuração levada a efeito no Inquérito Civil supra, expede a seguinte RECOMENDAÇÃO ao Presidente da Câmara Municipal de Ladário, Excelentíssimo Senhor Fabio Peixoto de Araújo Gomes:

CONSIDERANDO que a separação dos Poderes é um dos pilares fundamentais da República Federativa do Brasil e encontra previsão expressa no artigo 2º, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que o Poder Legislativo Municipal é gerido pela Mesa Diretora, a qual é eleita entre os Vereadores para mandato de dois anos;

CONSIDERANDO que na eleição realizada no dia 20 de novembro de 2018 a Câmara de Vereadores de Ladário elegeu os seguintes Vereadores para comandar o Legislativo Municipal no biênio 2019/2020: Presidente: Eurípedes Zaurízio de Jesus; Vice presidente: Vagner Gonçalves, segundo-vice André Franco Cafaro, 1º Secretário: Paulo Rogério Feliciano Barbosa, segundo secretário: Agnaldo Santos Silva Junior.

CONSIDERANDO que nas investigações levadas a efeito pela Procuradoria-Geral de Justiça e que resultaram na propositura de ação penal contra o atual Prefeito de Ladário Carlos Aníbal Ruso Predrozo, contra os Secretários Municipais Andressa Moreira Anjos Paraquett e Hélder Naulle Paes dos Santos, e contra os Vereadores de Ladário Augusto de Campos, Lilian Maria de Moraes, Paulo Rogério Feliciano Barbosa, Osvalmir Nunes da Silva, André Franco Caffaro, Agnaldo dos Santos Silva Júnior e Vagner Gonçalves (autos nº 2000728-70.2018.8.12.0000), restou apurado que havia uma organização criminoso formada pelo prefeito, secretários e vereadores voltada para prática de crimes contra a administração pública onde o chefe do executivo passou a subornar os vereadores para comprar apoio político, aprovação de projetos de seu interesse e arquivamento de uma CPI que visava apurar irregularidades na saúde, seja através da nomeação de pessoas indicadas em cargos em comissão no município, seja através de pagamento de propina em esquema de “mensalinho”;

CONSIDERANDO que as investigações apontam que, dentre outras ilegalidades, as eleições para a Mesa Diretora da Câmara de Vereadores foram maculadas por esta prática criminoso, na medida em que houve suborno, negociata e compra de apoio para a eleição, conforme apontam as interceptações telefônicas, denotando clara ingerência ilegal do Poder Executivo em ato interna corporis do Poder Legislativo;

CONSIDERANDO que dos cinco vereadores eleitos para compor a Mesa Diretora para o biênio 2019/2020, quatro encontram-se presos por envolvimento nessa organização criminoso e com ordem de afastamento do cargo emitida pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, o que denota situação excepcional e de anormalidade institucional;

CONSIDERANDO que no bojo do Inquérito Civil 06.2018.00003362-8 foi requisitada a abertura de comissão processante para cassação dos mandatos dos Vereadores envolvidos e do Prefeito Municipal;

CONSIDERANDO que o artigo 15 da Resolução nº 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público estabelece que “o Ministério Público, nos autos do inquérito civil ou do procedimento preparatório, poderá expedir

recomendações devidamente fundamentadas, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como aos demais interesses, direitos e bens cuja defesa lhe caiba promover”;

RECOMENDA ao Presidente da Câmara Municipal de Ladário que adote as providências necessárias para submeter ao Plenário proposta visando anular a eleição da Mesa Diretora para o biênio 2019/2020, a fim de que nova eleição seja realizada nos termos regimentais, tendo em vista a mácula causada pela ingerência do Poder Executivo em ato interna corporis do Poder Legislativo, mediante compra de apoio político com propina, o que resultou na prisão do Prefeito e de sete Vereadores, quatro dos quais integrantes da chapa vencedora.

Concede-se o prazo de 10 (dez) dias para que sejam adotadas as providências cabíveis.

Desde já, com fundamento no artigo 129, VI, da Constituição Federal e artigo 26, I, b, da Lei Federal nº 8.625/92, requisita-se que no prazo concedido sejam informadas a esta Promotoria de Justiça as providências adotadas.

Adverte-se que, em caso de não cumprimento da Recomendação, poderão ser adotadas as medidas judiciais cabíveis para correção da irregularidade com a devida responsabilização do administrador.

Encaminhem-se cópias da presente recomendação ao CAOPJPPS, remetendo também à PGJ para publicação no DOMP.

Com a resposta do Município, ou decorrido o prazo concedido, voltem os autos imediatamente conclusos.

Corumbá/MS, segunda-feira, 03 de dezembro de 2018.

LUCIANO BORDIGNON CONTE  
Promotor de Justiça

#### TRÊS LAGOAS

---

#### RECOMENDAÇÃO 0007/2018/04PJ/TLS

Procedimento Administrativo 09.2018.00001488-6

Ementa: Recomendação destinada à REDE DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE do município de Três Lagoas quanto à continuidade do acompanhamento das famílias após o afastamento de seus descendentes.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, neste ato representado pela Promotoria de Justiça de defesa dos direitos da infância e da juventude e da cidadania na comarca de Três Lagoas, no exercício das atribuições previstas nos artigos 127, caput e 129, II, ambos da Constituição Federal, bem como no artigo 27, incisos II e IV da Lei 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e no artigo 201, §5º, “c” da Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que a Resolução nº 015/2007 dispõe em seu art. 5º que “a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social”;

CONSIDERANDO que poderá o representante do Ministério Público “efetuar recomendações visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública afetos à criança e ao adolescente, fixando prazo razoável para sua perfeita adequação” (ECA, art. 201, VIII, §5º, “c”);

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público, por designação constitucional, a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, bem como a proteção dos interesses e direitos atinentes à infância e juventude, adotando as medidas legais cabíveis para tanto, bem como fiscalizar a correta aplicação da lei, na forma dos arts. 127, caput e 129, inciso II da Constituição Federal e art. 201, incisos V e VIII e 210, inciso I da Lei nº 8.069/90;

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público exercer a defesa dos direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual, sempre que se cuidar de garantir-lhes o respeito pelos poderes municipais e por entidades que exerçam função delegada do Estado ou do Município ou executem serviço de relevância pública (art. 27, I e IV, Lei Federal 8.625/93), assim como fiscalizar a fiel observância às leis pela Municipalidade e por seus agentes públicos, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, II, CF);

CONSIDERANDO que a Assistência Social foi definida pela Constituição Federal de 1988, art. 194, como política pública de direitos não contributiva, compondo o Sistema de Seguridade Social ao lado das políticas da Saúde e da Previdência Social, constituindo-se em “Política de Proteção Social” articulada a outras políticas sociais destinadas à promoção e garantia da cidadania, configurando assim, um sistema de proteção social;

CONSIDERANDO que a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742/1993) – ratificou e regulamentou os artigos 203 e 204 da Constituição Federal, assegurando a primazia da responsabilidade do Estado, de forma descentralizada (pacto federativo), na gestão, financiamento e execução da política de Assistência Social;

CONSIDERANDO que foi aprovada em 2004 a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, ancorada nos dispositivos da Constituição Federal/88 e da LOAS, que demarca as particularidades e especificidades, campo de ação, objetivos, usuários e formas de operacionalização da Assistência Social, como política pública de proteção social, consolidando no país, o Sistema Único de Assistência Social – SUAS;

CONSIDERANDO que com base na PNAS, foi aprovada, em 2005, a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS), que regulou a organização em âmbito nacional do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sistema descentralizado e participativo, que regula e organiza a oferta de programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais em todo o território nacional;

CONSIDERANDO que no ano de 2006 foi aprovado o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, designado pela sigla PNCFC, que rompeu com a cultura da institucionalização de crianças e adolescentes e fortaleceu o paradigma da proteção integral e da preservação da família;

CONSIDERANDO que no ano de 2009 foram publicadas as Orientações Técnicas da Proteção Social Básica do SUAS – Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, cujo objetivo é prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania;

CONSIDERANDO que as Orientações Técnicas do CREAS vieram em seguida, no ano de 2011, contribuindo para o aprimoramento do SUAS e a qualificação da oferta dos serviços socioassistenciais, em âmbito nacional;

CONSIDERANDO que também em 2011, a Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011 (Lei do SUAS), assegurou-se definitivamente, no país, a institucionalidade do SUAS, por meio de cofinanciamento federal, destinado à execução das ações continuadas de assistência social;

CONSIDERANDO que a Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social (SETAS) define suas ações referentes à garantia da dignidade humana e estabelece, em consonância com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a família como foco principal;

CONSIDERANDO que no ano de 2013 foi publicado pelo Governo do Estado de Mato Grosso do Sul o documento Linha de Cuidado Aplicada à Assistência Social – A Atenção Integral a Crianças e Adolescentes e a Garantia do Direito à Convivência Familiar e Comunitária: Orientações para Gestores e Profissionais que Integram a Rede de Proteção, Defesa e Promoção de Direitos da Criança e do Adolescente, cumprindo com as etapas e com os objetivos do

Projeto De Volta Pra Casa - Fortalecendo a Convivência Familiar e Comunitária na Reintegração de Crianças e Adolescentes;

CONSIDERANDO que as ações desenvolvidas no âmbito da assistência social visam à garantia dos direitos e ao desenvolvimento humano, devendo alicerçar seguranças socioassistenciais aos usuários expressas em segurança de sobrevivência ou de rendimento e autonomia, segurança de convívio ou convivência familiar, segurança de acolhida, fortalecimento de vínculos, auto-estima, autonomia, protagonismo, participação e capacidade de proteção das famílias, indivíduos e comunidades, ou seja, de forma articulada e indissociável, visam garantir direitos aos cidadãos;

CONSIDERANDO que a proposta orçamentária do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), elaborada em consonância com o Plano Plurianual 2016-2019, reforça a opção por um modelo de desenvolvimento com redução das desigualdades, melhor distribuição das oportunidades e acesso a bens e serviços públicos de qualidade;

CONSIDERANDO que restou apurado nos autos do Procedimento Administrativo 09.2018.00001488-6 que a rede municipal de Assistência Social de Três Lagoas, em alguns casos, tem deixado de atender as famílias tão logo sejam retiradas as crianças ou adolescentes de seus cuidados;

CONSIDERANDO que o afastamento, ainda que definitivo (colocação em família extensa ou substituta), de crianças e adolescentes vítimas de violações de direitos, não retira a família originária da situação de risco pessoal ou social que ensejou a medida, o que demanda a continuidade da oferta de trabalho social especializado no SUAS, em conformidade com as particularidades do caso em concreto, nos termos da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais;

CONSIDERANDO ainda a importância de se ofertar políticas preventivas às famílias que perderam seus filhos, conduzindo-as ao exercício seguro da sexualidade e do planejamento familiar;

RESOLVE, em defesa dos direitos da infância e juventude e da cidadania, também em observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e isonomia;

RECOMENDAR, com objetivo de evitar eventuais demandas judiciais para a responsabilização das autoridades competentes, ao MUNICÍPIO DE TRÊS LAGOAS, na pessoa da Sra. Vera Helena Arsioli Pinho, Secretária Municipal de Assistência Social, e ao CONSELHO TUTELAR DE TRÊS LAGOAS, na pessoa da coordenadora Lara de Paula dos Santos Silva:

01) Que sempre que houver aplicação da medida de afastamento de crianças e adolescentes de suas famílias originárias, independente do caráter provisório ou definitivo, sejam feitos concomitantemente o encaminhamento das famílias aos serviços de proteção social e de saúde pertinentes à continuidade do atendimento, em conformidade com as demandas que o caso concreto demonstrar necessitar;

02) Que seja garantido às famílias e aos indivíduos afastados de seus descendentes suporte social, emocional e jurídico-social, visando ao empoderamento, enfrentamento e construção de novas possibilidades de interação familiar e com o contexto social, cujo objetivo deve ser sempre a conquista da autonomia, ao ponto que o atendimento socioassistencial não seja mais necessário.

03) Que haja articulação com as políticas públicas intersetoriais, como a saúde e a educação, mantendo espaço de reuniões frequentes e permanentes entre os serviços e programas locais, desenvolvendo estratégias conjuntas, com planejamento conjunto de intervenções.

04) Que haja especial atenção com esses indivíduos no que pertine ao exercício seguro da sexualidade e do planejamento familiar.

05) Que não haja suspensão ou interrupção do atendimento e do acompanhamento em razão de eventual encaminhamento de crianças e adolescentes daquele núcleo familiar para família substituta (família extensa – familiares - ou adoção).

A ausência de observância das medidas recomendadas impulsionará o Ministério Público Estadual a adotar as

providências judiciais e extrajudiciais pertinentes para garantir a prevalência das normas de proteção à infância e juventude de que trata esta RECOMENDAÇÃO, inclusive promoverá a remessa de cópia às autoridades competentes para apuração de crime e de improbidade administrativa.

A presente RECOMENDAÇÃO não exclui a irrestrita necessidade de plena observância de todas as normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor.

O Ministério Público Estadual deverá ser comunicado, no prazo de 10 (dez) dias a partir do recebimento da presente, se acolherá ou não a RECOMENDAÇÃO, sob pena de, não adotando as providências, ser manejada a ação civil respectiva.

Três Lagoas/MS, 30 de novembro de 2018.

ANA CRISTINA CARNEIRO DIAS  
Promotora de Justiça

---

#### COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

---

##### APARECIDA DO TABOADO

---

#### EDITAL Nº 010/2ªPJ/2018

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aparecida do Taboado/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Avenida dos Estudantes, nº.3120, Residencial Primavera, Aparecida do Taboado/MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00003085-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Alcoovale S/A – Álcool e Açúcar

Assunto: A fim de apurar a regularidade do uso de vinhaça como fertilizante.

Aparecida do Taboado/MS, 04 de dezembro de 2018.

JERUSA ARAUJO JUNQUEIRA QUIRINO  
Promotora de Justiça

---

##### NAVIRAÍ

---

#### RECOMENDAÇÃO Nº 004/2018

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por meio da 2ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social da Comarca de Naviraí/MS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento no artigo 25, inciso IV, alíneas “a” e “b”, e artigo 27, inciso I e parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público); artigo 27, inciso I, e artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul); artigo 129, incisos II e III, da Constituição da República e artigos 5º e 44 da Resolução PGJ nº 15/2007, em razão da apuração de ilegalidade na edição do Decreto nº 25, de 04 de abril de 2018, por meio dos autos de Inquérito Civil nº 06.2018.00001191-2, expede a seguinte

#### RECOMENDAÇÃO

ao Prefeito do Município de Naviraí/MS, Excelentíssimo Senhor José Izauri de Macedo:

CONSIDERANDO que ao Ministério Público cabe a defesa da ordem jurídica, do estado democrático de direito e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, *caput*, da CF/88; art. 1º da Lei nº 8.625/93 e art. 1º da LC nº 72/94), sendo que, para tanto, deve promover inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III, da CF/88; art. 25, IV, b, da Lei nº 8.625/93 e art. 25, IV, b, da LC nº 72/94);

CONSIDERANDO que, segundo Hugo Nigro Mazzilli, o “*Promotor de Justiça do patrimônio público e social tem sua área de atuação voltada para a defesa da probidade e legalidade administrativas e da proteção do patrimônio público e social*”<sup>1</sup>;

CONSIDERANDO que, nos termos da doutrina jurídica nacional, a recomendação administrativa “*constitui um instrumento poderoso para conformação e adequação de condutas de agentes políticos e administradores públicos, consistindo numa espécie de notificação e alerta sinalizador da necessidade de que providências sejam tomadas, sob pena de consequências e adoção de outras medidas e expedientes repressivos por parte do Ministério Público*”<sup>2</sup>, viabilizando, dessa maneira, na hipótese de descumprimento, a demonstração de dolo para eventual ajuizamento de ação civil pública por ato de improbidade administrativa, sem prejuízo de ação própria para anulação do ato ilegal praticado ou de ação própria visando a imposição de obrigação de fazer;

CONSIDERANDO que, na linha do art. 37, *caput*, da Carta Maior da República, do art. 25 da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, e do artigo 23 da Lei Orgânica do Município de Naviraí, a Administração Pública direta do Município de Naviraí deve pautar-se pelos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência, os quais são de plena exigibilidade jurídica, devendo ser observados compulsoriamente pelo ente público das esferas federal, estadual e municipal;

CONSIDERANDO que restou apurado nos autos de Inquérito Civil nº 06.2018.00001191-2, que em data de 04 de abril de 2018, o Exmo. Sr. Prefeito de Naviraí, José Izauri de Macedo, editou o Decreto Municipal nº 25, por meio do qual instituiu o Registro através do Ponto Eletrônico e regulamentou o controle de frequência nos órgãos da administração direta, autárquica e fundacional do poder executivo municipal de Naviraí, Estado do Mato Grosso do Sul, e dá outras providências, conforme ementa do referido ato normativo;

CONSIDERANDO que o artigo 2º, “caput”, do Decreto nº 25, de 04 de abril de 2018, dispõe que “*O controle de frequência da jornada de trabalho do servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo, admitido em emprego de natureza temporária (contratados, e outros), ocupante de emprego permanente, ocupante de cargo comissionado, bem como do estagiário, quando vinculado diretamente à administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Municipal, far-se-á por meio de registro eletrônico de ponto*”.

CONSIDERANDO que restou apurado que o Decreto nº 25, de 04 de abril de 2018, anuncia expressamente que o mesmo está sendo editado com fundamento nas atribuições conferidas pela lei, notadamente o disposto no art. 76, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município de Naviraí, no artigo 112, inciso XII, da Lei Complementar nº 42/2003 e no artigo 94, inciso IV, da Lei Complementar nº 110/011;

CONSIDERANDO que em consulta às normas referidas no art. 76, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município de Naviraí, no artigo 112, inciso XII, da Lei Complementar nº 42/2003 e no artigo 94, inciso IV, da Lei Complementar nº 110/011, constatou-se que nenhuma delas faz menção à adoção do controle de frequência da jornada do trabalho do servidor público municipal mediante registro eletrônico de ponto;

CONSIDERANDO que, nos termos do contido no Ofício nº 333/2018, datado de 20/11/2018, subscrito pelo Presidente da Câmara de Vereadores de Naviraí, restou apurado que “*não existe Lei Municipal que disponha sobre a obrigatoriedade do controle de assiduidade e de frequência dos servidores públicos municipais mediante sistema eletrônico*”.

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 2º da Constituição Federal, bem como nos termos do artigo 7º da Lei Orgânica do Município de Naviraí, vigem em nosso sistema jurídico o princípio da separação dos poderes do estado, donde se extrai não ser dado a um poder imiscuir-se no exercício das funções do outro poder.

CONSIDERANDO que, nos termos do disposto no artigo 84, inciso IV, da Constituição Federal, bem como nos termos do disposto no artigo 96, inciso I, alínea “a”, da Lei Orgânica do Município de Naviraí, compete ao Chefe do Poder Executivo o exercício do poder regulamentar, sendo que, no magistério de Hely Lopes Meirelles, “*o poder regulamentar é a faculdade de que dispõem os Chefes de Executivo (Presidente da República, Governadores e Prefeitos) de explicar a lei para sua correta execução*”.<sup>3</sup>

<sup>1</sup> MAZZILLI, Hugo Nigro. Introdução ao Ministério Público. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 319.

<sup>2</sup> ALVES, Leonardo Barreto Moreira e BERCLAZ, Márcio Soares. Ministério Público em ação. 2. ed. Salvador: JusPODVIM, 2013, p. 49.

<sup>3</sup> Direito Administrativo Brasileiro, 20ª edição, Editora Malheiros, p. 111.



CONSIDERANDO que embora o poder regulamentar integre o rol de poderes a serem exercidos pelo Chefe do Poder Executivo, não se trata de um poder absoluto, mas sim um poder limitado pela própria norma do artigo 84, inciso IV, da Constituição Federal e pelo artigo 96, inciso I, alínea “a” da Lei Orgânica do Município de Naviraí;

CONSIDERANDO que, em razão disso tudo, e conforme as lições de Celso Antônio Bandeira de Mello, não é possível que o decreto regulamentar inove o ordenamento jurídico, sendo que *“inovar quer dizer introduzir algo cuja preexistência não se pode conclusivamente deduzir da ‘lei regulamentada’, verificando-se inovação proibida toda vez que não seja possível afirmar-se que aquele específico direito, dever, obrigação, limitação ou restrição incidentes sobre alguém não estavam estatuídos e identificados na lei regulamentada”*<sup>4</sup>.

CONSIDERANDO que, a edição do Decreto nº 45, de 04 de abril de 2018, pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Naviraí, instituindo a obrigatoriedade do controle de assiduidade e de frequência dos servidores públicos municipais mediante sistema eletrônico, sem que houvesse lei municipal que houvesse anteriormente instituído tal obrigatoriedade de controle de assiduidade e de frequência, configura ofensa ao disposto no artigo 84, inciso IV, da Constituição Federal, bem como no disposto 96, inciso I, alínea “a”, da Lei Orgânica do Município de Naviraí

CONSIDERANDO que o descumprimento de tais dispositivos normativos, nos termos do disposto no artigo 4º, inciso VII, do Decreto-Lei nº 201/76, bem como diante do disposto no artigo 81, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Naviraí, é conduta suficiente para caracterizar a prática de infração político-administrativa, sancionada com a cassação do mandato;

CONSIDERANDO que o descumprimento de tais dispositivos normativos, nos termos do disposto no artigo 11 da Lei nº 8429/92, é conduta suficiente também para caracterizar ato de improbidade administrativa por ofensa aos princípios da administração pública, sancionado com as penas previstas no artigo 12, inciso III, do mesmo diploma legal;

CONSIDERANDO a necessidade de se prevenir e evitar a prática de atos administrativos nulos, bem como o dever de a Administração Pública de zelar pela legalidade de seus próprios atos administrativos, objetivando também o aperfeiçoamento de suas atividades e o respeito aos Poderes do Estado, à separação dos poderes, da ordem jurídica e do estado democrático de direito;

RECOMENDA ao Prefeito do Município de Naviraí/MS, Excelentíssimo Senhor José Izauri de Macedo que adote, no prazo de 30 (trinta) dias, as providências necessárias para encaminhar projeto de lei à Câmara Municipal de Naviraí, dispondo acerca das matérias tratadas no Decreto nº 25, de 04 de abril de 2018, notadamente do disposto no artigo 2º, caput, do citado Decreto.

REQUISITA-SE, desde já, que esta Promotoria de Justiça seja informada de todas as medidas administrativas eventualmente implementadas em razão da presente recomendação.

ADVERTE-SE que, em caso de não cumprimento da Recomendação, poderão ser adotadas as medidas judiciais cabíveis para solução da irregularidade e para a eventual responsabilização pessoal.

Encaminhe-se cópia da Recomendação ao Centro de Apoio Operacional do Patrimônio Público e Fundações, nos termos do art. 52 da Resolução nº 015/2007-PGJ;

Junte-se cópia ao Inquérito Civil nº 06.2018.00001191-2, registrando-se no SAJ/MP.

Encaminhe-se para publicação no DOMP.

Naviraí/MS, 30 de novembro de 2018.

DANIEL PIVARO STADNIKY  
Promotor de Justiça

<sup>4</sup> Curso de Direito Constitucional 5ª edição, Saraiva, p. 1048

---

**SIDROLÂNDIA**

---

**EDITAL N° 019/2018/02PJ/SDN**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Sidrolândia/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo especificado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante senha que pode ser obtida nesta promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e ficará à disposição de eventuais interessados na rua Espírito Santo, nº 1383, em Sidrolândia/MS.

Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004465-8.

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: A apurar;

Assunto: “Apurar eventual situação de risco vivenciada pelos idosos Elza dos Santos França e Antonio Bispo França”.

Sidrolândia/MS, 03 de dezembro de 2018.

JANELI BASSO

Promotora de Justiça

---

**COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA**

---

---

**RIO VERDE DE MATO GROSSO**

---

**EDITAL N° 0008/2018/PJ/RVG**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Verde de Mato Grosso – MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório que está à disposição de quem possa interessar na Rua Marechal Mascarenhas de Moraes nº 180, Bairro Nhecolândia, nesta Comarca de Rio Verde de Mato Grosso-MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00003142-0

Requerente: Ministério Público Estadual e Carlos Francisco de Carvalho Lima

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar suposta utilização de veículo público para fins particulares, o que configura, em tese ato de improbidade administrativa, consoante disposições dos artigos 9º, 10 e 11, da Lei nº 8.429/1992.

Rio Verde de Mato Grosso – MS, 03 de dezembro de 2018.

MATHEUS CARIM BUCKER

Promotor de Justiça

**EDITAL N° 0009/2018/PJ/RVG**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Verde de Mato Grosso – MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório que está à disposição de quem possa interessar na Rua Marechal Mascarenhas de Moraes nº 180, Bairro Nhecolândia, nesta Comarca de Rio Verde de Mato Grosso-MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00003143-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Evaldo Furrer Matos

Assunto: Apurar eventual desmatamento ilegal, consistente na supressão de 20,75 hectares de vegetação nativa na Fazenda Bom Retiro, bioma Pantanal, sem a devida autorização do órgão ambiental, entre os anos de 2013 a 2015.

Rio Verde de Mato Grosso – MS, 03 de dezembro de 2018.

MATHEUS CARIM BUCKER

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0011/2018/PJ/RVG**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Verde de Mato Grosso – MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório que está à disposição de quem possa interessar na Rua Marechal Mascarenhas de Moraes nº 180, Bairro Nhecolândia, nesta Comarca de Rio Verde de Mato Grosso-MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00003153-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: José Antônio Scatolin

Assunto: Apurar eventual desmatamento ilegal, consistente no corte raso de 187,22 hectares de vegetação nativa, sem a devida autorização do órgão ambiental, na Fazenda Carandá.

Rio Verde de Mato Grosso – MS, 03 de dezembro de 2018.

MATHEUS CARIM BUCKER

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0012/2018/PJ/RVG**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Verde de Mato Grosso – MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório que está à disposição de quem possa interessar na Rua Marechal Mascarenhas de Moraes nº 180, Bairro Nhecolândia, nesta Comarca de Rio Verde de Mato Grosso-MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00003157-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual desmatamento ilegal, consistente na supressão de 304,87 hectares de vegetação nativa do bioma Pantanal, sem a devida autorização do órgão ambiental, noticiados no auto de infração nº 9145958 do IBAMA.

Rio Verde de Mato Grosso – MS, 03 de dezembro de 2018.

MATHEUS CARIM BUCKER

Promotor de Justiça

---

**TERENOS**

---

**EDITAL Nº 0016/2018/PJ/TRN**

A Promotoria de Justiça da comarca de Terenos/MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório abaixo especificado, o qual está à disposição de quem possa interessar, no endereço sito Rua Pedro Celestino, s/n, Centro, Terenos/MS.

Procedimento Preparatório: 06.2018.00002974-6.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso Do Sul.

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível irregularidade na compra dos cilindros de oxigênio utilizados pela rede municipal de Saúde.

Terenos/MS, 07 de novembro de 2018.

EDUARDO DE ARAÚJO PORTES GUEDES

Promotor de Justiça